



POLÍCIA FEDERAL

AGENTE ADMINISTRATIVO



LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

01- O candidato recebeu o seguinte material:

a) Este Caderno de Questões, com o enunciado das 120 (Cento e Vinte) questões de Certo e Errado, sem repetição ou falha, composto por:

Língua Portuguesa	15 questões
Raciocínio Lógico	10 questões
Ética no Serviço Público	10 questões
Noções de Informática	15 questões
Noções de Direito Constitucional	15 questões
Noções de Direito Administrativo	10 questões
Noções de Governança Pública	15 questões
Noções de Gestão de Pessoas	10 questões
Noções de Gestão de Contratos e Recursos Materiais	15 questões
Legislação Aplicada à PF	05 questões

b) Para cada uma das questões objetivas, será considerado o julgamento como CERTO e ERRADO; só **uma** responde adequadamente ao quesito proposto.

02- Recomenda-se que o candidato reserve os **30 minutos** finais para marcar seu cartão-resposta.

03- O tempo disponível para este simulado de questões é **4 (quatro) horas**, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta.

04- Como o próprio nome sugere, um simulado é um exercício de estudo que recria uma situação de prova que você, candidato, enfrentará no dia da sua prova. Para alcançar seu objetivo, o simulado deve reproduzir toda a atmosfera de uma prova real. Portanto, procure um local silencioso e livre de distrações. Remova todos os materiais de estudo da área e deixe apenas o caderno de prova e uma caneta esferográfica sobre a mesa.

05- Lembre-se de que você está utilizando essa ferramenta para testar seus conhecimentos em cada disciplina. Portanto, responda às questões sem recorrer aos seus materiais de estudo ou outras fontes de consulta. Controle o tempo que levará para fazer cada questão e utilize o simulado como uma ferramenta de autoavaliação

LÍNGUA PORTUGUESA

Vianda: entre o feijão e a etimologia

(Marcelo Módolo e Henrique Braga)

Há palavras que nunca circularam amplamente pelo País, mas que seguem firmes e ativas em certos cantos do mapa. “Vianda” é um caso assim. No Rio Grande do Sul, ela está nos cardápios, nos almoços de trabalho e designa, com naturalidade, a marmita, seja a simples do dia a dia ou aquela de alumínio, com divisórias caprichadas para separar os alimentos – impedindo que o intrépido feijão se espalhe sem ser autorizado. Mais do que um regionalismo resistente, “vianda” carrega algo de identidade. E aí vem a pergunta: como uma palavra tão localizada conseguiu permanecer tão presente?

Uma pista importante está na própria história da palavra. Embora a origem remota esteja no latim vulgar *vivanda*, “aquilo que serve para viver”, o termo evoluiu no francês antigo para *viande*, com o sentido geral de “comida”. A partir daí – ou paralelamente, por via direta do latim – chegou ao espanhol como *vianda*, significando alimento preparado. É bastante provável, inclusive, que tenha sido por meio do espanhol – e não do português padrão – que o termo entrou e se enraizou no vocabulário gaúcho.

No cotidiano gaúcho, “vianda” não é apenas uma palavra que resiste – é um termo ativo, incorporado ao dia a dia de quem prepara, leva e consome comida feita em casa. Refere-se à refeição completa, com sustança: arroz, feijão, carne, farofa, salada, ovo – o que couber na marmita. Não tem afetação nem verniz *gourmet*. Ao contrário: é palavra direta, popular, útil.

Esse uso está tão sedimentado que aparece até em recados de restaurante. Em uma visita a Gramado, um destes articulistas encontrou a seguinte mensagem colada à parede: “Viandas apenas com carne serão cobradas à parte”. A frase é simples,

mas diz muito. Ali, “vianda” já não nomeava apenas o conteúdo alimentar, mas também o recipiente – a marmita – por um processo de metonímia, bastante comum nas línguas naturais, em que o conteúdo passa a ser representado pelo continente. Isso ajuda a entender a vitalidade do termo: se antes vianda era só o que se comia, agora é também – talvez, principalmente – o modo de transportar o alimento, o gesto de levar, de conservar, de cuidar da própria refeição.

Esse tipo de transformação – quando uma palavra se desloca de um significado para outro sem perder sua base cultural – é um dos modos mais sutis e eficientes de uma língua seguir respirando.

Não deixa de ser simbólico que “vianda” venha, ainda que de longe, de *vivēre* – o verbo latino para “viver”. É uma palavra que, desde a origem, está associada ao essencial – ao ato de manter-se vivo. E, ainda hoje, guarda esse núcleo de sentido. Quando alguém diz que vai levar a vianda, está dizendo que carrega o que lhe mantém em pé. Que prepara, com as próprias mãos ou com o cuidado de alguém próximo, o alimento que lhe acompanhará no meio do caminho. É linguagem do cotidiano, mas também linguagem da resistência. (<https://jornal.usp.br/artigos/vianda-entre-o-feijao-e-a-etimologia/>, com adaptações)

1. O termo “vianda”, segundo o texto, passa por um processo de alteração de sentido, já que inicialmente designa o alimento e, por influência do espanhol, passa a designar o recipiente que contém a comida.

2. No trecho “Não tem afetação nem verniz *gourmet*” (3º parágrafo), a palavra “verniz” está sendo usada em sentido conotativo e, no texto, deve ser entendida como algo pejorativo, pois representa uma forma de sofisticação só aparente, artificial.

3. Em relação à tipologia textual, o texto classifica-se como dissertativo-expositivo. Predomina no texto o objetivo de explicar e informar ao leitor o uso e a origem da palavra "vianda", explorando seus aspectos linguísticos, culturais e regionais.

4. O sentido atribuído à vianda no primeiro parágrafo é o mesmo no exemplo citado de Gramado (4º parágrafo).

5. No último trecho do texto "É linguagem do cotidiano, mas também linguagem da resistência", a conjunção "mas" cria uma oposição ao trecho anterior.

6. Nas frases "Há palavras" e "E aí vem a pergunta" (1º parágrafo), os termos "palavras" e "a pergunta" têm a mesma função sintática, ou seja, a função de complementar o verbo.

7. No trecho "Esse uso está tão sedimentado que aparece até em recados de restaurante" (4º parágrafo), a palavra "que" é um pronome relativo e a oração por ele introduzida é classificada como oração adjetiva.

8. Em "Quando alguém diz que vai levar a vianda, está dizendo que carrega o que lhe mantém em pé", o vocábulo "que" retoma "vianda".

9. Em "Refere-se à refeição completa, com sustança" (3º parágrafo), a inserção da palavra "uma" antes de "refeição" e a retirada do acento grave mantêm a correção gramatical e a coerência do texto.

10. No último parágrafo, o trecho "Que prepara, com as próprias mãos..." traz uma construção com indeterminação do sujeito.

11. As palavras "País", "daí", "gaúcho" e "útil" são acentuadas graficamente de acordo com a mesma regra de acentuação gráfica.

12. No 4º parágrafo, as palavras em destaque "A frase é simples, mas diz muito" e "por um processo de metonímia, bastante comum nas línguas naturais" recebem a mesma classificação morfológica.

13. Em "o alimento que lhe acompanhará no meio do caminho", a colocação do pronome "lhe" após o verbo produz erro gramatical, uma vez que ele está no futuro do presente do indicativo. Uma opção gramatical é o uso da mesóclise: "acompanhar-lhe-á".

14. No segundo parágrafo, a troca da conjunção "Embora" pela expressão "Apesar de" conserva a correção gramatical e o sentido original do texto.

15. Em "Não deixa de ser simbólico que 'vianda' venha, ainda que de longe, de *vivère* – o verbo latino para 'viver'.", a expressão "ainda que de longe" denota lugar e é classificada como adjunto adverbial.

RACIOCÍNIO LÓGICO

No município de Cascavel, 60% dos agricultores cultivam soja, 30% cultivam apenas trigo, 40% cultivam milho e 10% cultivam outros grãos. Dos agricultores que cultivam milho ou soja, X% deles cultivam milho e soja, e nenhum deles cultivam trigo.

Considerando essa situação, julgue os itens que se seguem.

16. A quantidade de agricultores que cultivam milho e soja é igual a quantidade de agricultores que cultivam só trigo.

17. Escolhendo ao acaso um agricultor, a probabilidade dele cultivar apenas milho é igual a 0%.

18. Os agricultores que cultivam outros grãos, cultivam feijão e arroz.

Considerando os conectivos lógicos usuais e que as letras maiúsculas representem

proposições lógicas simples, julgue os itens seguintes acerca da lógica proposicional.

19. A sentença “Os servidores públicos estão subordinados ao Regime Jurídico Único e por consequência devem cumprir e fazer cumprir a lei” pode ser representada corretamente pela proposição lógica $P \rightarrow Q$.

20. As proposições $(P \vee Q) \wedge (R \vee S)$ e $[Q \wedge (R \vee S)] \vee [(P \wedge R) \vee (P \wedge S)]$ são equivalentes.

21. A proposição $P \rightarrow (\neg Q) \leftrightarrow (\neg P) \vee (\neg Q)$ é uma tautologia.

Com base na proposição A: “No que se refere aos estudos, Marcos não garante que o seu estudo não será interrompido, ou que ele não irá passar”, julgue os itens subsequentes.

22. O número de linhas da proposição A é superior a igual a 8 linhas.

23. A negação da proposição A está corretamente expressa por “No que se refere aos estudos, Marcos garante que o seu estudo não será interrompido, e que ele irá passar”.

Para o conjunto $\Delta = \{2, 3, 5, 7, 11, 13, 17, 19\}$, se P for um subconjunto de Δ , $S(P)$ seja a soma dos elementos de P e considerando $S(\emptyset) = 0$. Nessa situação, julgue os itens a seguir.

24. Se $P \subset \Delta$, e se $\Delta \setminus P$ é o complementar de P em Δ , então $S(\Delta \setminus P) = S(\Delta) - S(P)$.

25. É possível ter conjuntos P e Q, disjuntos, subconjuntos de Δ , tais que $P \cup Q = \Delta$ e $S(P) = S(Q)$.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

26. O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na

organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social, nos termos da Lei nº 8.429/92.

Acerca das disposições constantes na Lei nº 8.429/92, julgue o item abaixo.

Na ação por improbidade administrativa poderá ser formulado, em caráter antecedente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito.

27. A Lei nº 12.813/13 dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego. Desse modo, analise o item a seguir.

Atuar, ainda que informalmente, como procurador, consultor, assessor ou intermediário de interesses privados nos órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, configura conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal.

28. Nos termos da Lei nº 8.112/90, julgue o item abaixo.

Ao servidor é proibido opor qualquer tipo de resistência ao andamento de documento e processo ou execução de serviço.

29. O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições. Nesse sentido, julgue o item a seguir.

A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.

30. Acerca das normas previstas na Lei nº 8.429/92, considere o item abaixo.

Da decisão que converter a ação de improbidade em ação civil pública caberá apelação.

31. De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, analise o item a seguir.

A pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética é a de censura e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os seus integrantes, com ciência do faltoso.

32. A respeito dos conflitos de interesses previstos na Lei nº 12.813/13, julgue o item seguinte.

Configura conflito de interesses após o exercício de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal a qualquer tempo, divulgar ou fazer uso de informação privilegiada obtida em razão das atividades exercidas.

33. A Lei nº 8.112/90 dispõe que ressalvados os casos previstos na Constituição, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos. Nesse sentido, analise o item abaixo.

A acumulação de cargos ilícita fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.

34. Sendo a moralidade um dos princípios gerais da Administração Pública, considere o item a seguir.

A moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem comum. O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, é que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo.

35. Acerca da tipologia dos atos de improbidade administrativa, analise o item seguinte.

Realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea caracteriza ato de improbidade que importa enriquecimento ilícito.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Em relação ao pacote Microsoft Office 365, Julgue os próximos itens.

36. Um agente administrativo da Polícia Federal está trabalhando com uma planilha de controle de Inquéritos Policiais em andamento no Microsoft Excel 365. Ele precisa calcular o total de IPLs

instaurados somente nas unidades federativas RS e RJ, conforme a planilha abaixo:

	A	B
1	Inquéritos Policiais em andamento	
2	<i>Unidade UF</i>	<i>IPLs Instaurados</i>
3	PI	54
4	SE	39
5	MS	146
6	RS	171
7	RJ	161
8	AL	24

Nessa situação, a fórmula correta a ser inserida na célula B10 é:
=SOMASE(A3:A8;"RS";A3:A8;"RJ";B3:B8).

37. No Microsoft Excel 365, o recurso Limpar, representado por um ícone de borracha, permite excluir rapidamente conteúdo, formatação, comentários ou hiperlinks de células selecionadas. Esse recurso está localizado na guia Inserir, dentro do grupo Ferramentas.

38. Para facilitar o acesso aos comandos mais utilizados em suas atividades rotineiras, um agente administrativo da Polícia Federal pode clicar com o botão direito do mouse em uma área vazia da Faixa de Opções do Word 365, selecionar a opção Personalizar a Faixa de Opções e, a partir dessa interface, criar guias personalizadas, reorganizar comandos existentes e até mesmo ocultar grupos de comandos que não utiliza.

39. Em relatórios ou documentos institucionais elaborados por servidores da Polícia Federal, o uso de notas de rodapé pode ser necessário para apresentar fontes ou explicações complementares. No Word 365, esse recurso é acessado pela guia Inserir, ao selecionar a opção Nota de Rodapé.

40. No PowerPoint 365, o recurso Designer utiliza inteligência artificial para sugerir automaticamente ideias de layout e design com base no conteúdo dos slides, auxiliando na criação de apresentações mais atrativas e profissionais. Esse recurso está disponível tanto na guia Página Inicial quanto na guia Design.

Julgue o item que se segue, a respeito de Internet.

41. Na Internet, os roteadores são responsáveis por realizar a comunicação direta entre sistemas finais, podendo ou não fazer uso de enlaces, a depender da topologia utilizada.

Julgue o item a seguir, relativo aos conceitos de busca e pesquisa na Web.

42. Ao digitar uma palavra-chave no campo de busca do Google, o mecanismo de pesquisa, com o uso de algoritmos, realiza uma varredura em tempo real pela Internet, acessando, analisando e organizando páginas relevantes naquele exato momento, a fim de exibir os resultados mais atualizados ao usuário.

Julgue os próximos itens, relativos ao sistema operacional Windows.

43. No Windows 11, ao acessar as configurações de sistema e navegar até a opção “Multitarefas”, é possível ativar um recurso que permite minimizar todas as janelas abertas, exceto a que está em uso, apenas sacudindo rapidamente sua barra de título com o mouse.

44. No Windows 11, por padrão, os ícones da barra de tarefas são centralizados, mas o sistema permite que o usuário altere o alinhamento desses ícones para a esquerda ou à direita por meio das configurações do sistema.

Acerca de computação na nuvem, julgue o item a seguir.

45. A característica essencial da computação em nuvem denominada Amplo Acesso à Rede diz respeito à capacidade de fornecer recursos computacionais que podem ser rapidamente ajustados em quantidade, aumentando ou diminuindo conforme a demanda do usuário.

Julgue os próximos itens, a respeito de segurança da informação.

46. O funcionamento do firewall é fundamentado em regras, também chamadas de políticas de

segurança, que determinam como o tráfego de dados deve ser tratado. Entre os princípios adotados, destaca-se o seguinte: Todo tráfego é bloqueado, exceto o que está explicitamente autorizado.

47. Todo software antivírus possui banco de dados próprio, onde estão armazenadas as informações a respeito das ameaças encontradas nos mais diversos ambientes virtuais. Esse método de detecção é chamado de análise heurística.

48. Um Trojan, ou Cavalo de Troia, é um tipo de software malicioso que aparenta ser legítimo ou útil, mas que, ao ser executado, realiza atividades prejudiciais em segundo plano, sem o conhecimento do usuário. Assim como os worms, os Trojans possuem a capacidade de se autorreplicar e se espalhar automaticamente, o que os torna especialmente perigosos em ambientes de rede.

49. O Scareware é um malware que utiliza técnicas de engenharia social para assustar e enganar o usuário, fazendo-o acreditar que há um problema de segurança em seu dispositivo. Em seguida, oferece uma suposta solução — como um software de proteção ou limpeza — que, na verdade, pode comprometer ainda mais o sistema.

50. O navegador Microsoft Edge possui três níveis de Prevenção de Rastreamento: Básico, Equilibrado e Estrito. A opção Básico permite a maioria dos rastreadores, favorecendo personalização de conteúdo e funcionamento pleno dos sites. A configuração Equilibrado, recomendada por padrão, bloqueia rastreadores de sites não visitados, mantendo o equilíbrio entre privacidade e funcionalidade. Já o modo Estrito bloqueia a maioria dos rastreadores, reduz a personalização de conteúdo e pode impactar o funcionamento de partes dos sites.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

51. A Polícia Federal, organizada e mantida pela União, pode ser extinta por decreto do Presidente da República, desde que não haja prejuízo à segurança pública.

52. Compete à Polícia Federal apurar infrações penais que tenham repercussão interestadual ou internacional, desde que exijam repressão uniforme e assim esteja previsto em lei.

53. Compete às polícias civis a apuração de todas as infrações penais, inclusive as militares, ressalvada a competência da União.

54. A polícia rodoviária federal, como órgão permanente e estruturado em carreira, tem como função constitucional o patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

55. Brasileiros natos e naturalizados possuem os mesmos direitos e deveres, não podendo a Constituição prever qualquer distinção entre eles.

56. Os nascidos no exterior, filhos de pai ou mãe brasileiros, registrados em repartição brasileira competente, são considerados brasileiros natos.

57. São inelegíveis os estrangeiros, os brasileiros naturalizados, os conscritos, os analfabetos e os inalistáveis.

58. O Presidente da República deve renunciar ao mandato até seis meses antes do pleito se quiser concorrer a cargo eletivo diverso.

59. Os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal, embora representem um ideal jurídico a ser alcançado progressivamente pelo Estado, somente têm eficácia plena quando regulamentados por lei específica. Por isso, sua aplicação depende, em regra, de normas infraconstitucionais que lhes deem efetividade.

60. O habeas corpus é cabível sempre que alguém estiver sofrendo coação ilegal em seus direitos fundamentais, inclusive em casos de violação do direito à honra ou à propriedade, por ato de autoridade pública ou particular, desde que a coação seja abusiva.

61. A Constituição Federal determina que ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judicial competente, vedando a prisão civil em qualquer hipótese.

62. Conforme a Constituição Federal, a prisão de qualquer pessoa deverá ser imediatamente comunicada ao juiz competente e também à família do preso ou à pessoa por ele indicada, além de lhes serem assegurados o direito de permanecer calado e a assistência de advogado.

63. A Constituição Federal assegura o direito de petição aos Poderes Públicos, inclusive para defesa de direitos coletivos e difusos, podendo este ser condicionado ao pagamento de taxas e emolumentos, desde que previsto em lei e que não inviabilize o exercício desse direito.

64. A Constituição Federal veda a pena de morte, mas admite sua aplicação em situação de guerra declarada, conforme previsto no próprio texto constitucional.

65. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil é composta pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, todos autônomos entre si nos termos da Constituição, o que significa que possuem competências próprias, capacidade de autolegislação e autoadministração.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

66. A respeito dos princípios que regem a administração pública, julgue o item que se segue.

O princípio da legalidade, basilar para a atuação da administração pública, estabelece que o administrador público só pode fazer aquilo que a lei expressamente autoriza ou determina. Em contrapartida, o princípio da moralidade administrativa exige apenas a observância das leis, sendo irrelevante a conduta ética do agente público no exercício de suas funções.

67. Em relação à administração direta e indireta e suas entidades, julgue o seguinte item:

A administração pública indireta, composta por entidades com personalidade jurídica própria e autonomia administrativa e financeira, abrange as autarquias, as fundações públicas de direito público, as empresas públicas e as sociedades de economia mista. As autarquias, por sua vez, são criadas por lei específica e exercem atividades típicas da administração pública, possuindo regime jurídico predominantemente de direito privado, similar às

empresas públicas e sociedades de economia mista.

68. Acerca do ato administrativo, julgue o item que segue.

O ato administrativo, manifestação unilateral de vontade da Administração Pública que visa produzir efeitos jurídicos específicos, possui como um de seus requisitos a competência, que se refere à aptidão legal do agente para praticar o ato. A motivação, embora desejável para a transparência administrativa, não é considerada necessariamente um requisito essencial para a validade do ato administrativo, em especial no que diz respeito aos atos classificados como sendo discricionários.

69. Sobre os agentes públicos, julgue o item que segue.

Cargo público, emprego público e função pública são sinônimos e designam a mesma forma de vínculo entre o servidor e a Administração Pública. Todos são acessíveis mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargos em comissão, considerados de livre nomeação e exoneração. Os servidores ocupantes de emprego público, diferentemente dos ocupantes de cargo público, são regidos estatutariamente pela legislação específica de cada ente federativo.

70. Sobre os poderes da administração pública, julgue o item a seguir.

O poder hierárquico, um dos instrumentos de organização da Administração Pública, permite que o superior controle a legalidade e o mérito dos atos praticados pelos seus subordinados, podendo avocar a competência para si e delegar atribuições. Diferentemente, o poder de polícia, que fundamenta a atuação estatal na limitação de direitos individuais em prol do interesse coletivo, não admite a delegação de todas as suas atividades, sendo indelegável o ato normativo primário que estabelece as restrições.

71. Em relação à licitação, julgue o seguinte item.

A licitação é procedimento administrativo obrigatório para a contratação de bens e serviços pela Administração Pública, é regida por diversos princípios, dentre os quais se destaca o princípio da livre concorrência, que veda qualquer tipo de

restrição ao número de participantes, mesmo que justificada pela natureza complexa ou singular do objeto a ser contratado. Nos casos de inexigibilidade de licitação, a inviabilidade de competição deve ser comprovada, sendo dispensável a publicação de aviso no Diário Oficial da União, uma vez que não haverá disputa entre licitantes.

72. Julgue o seguinte item.

O controle da administração pública, essencial para a manutenção da legalidade e da probidade, manifesta-se de diferentes formas. O controle exercido pela própria administração (controle interno) abrange tanto a verificação da legalidade quanto a análise do mérito dos atos administrativos, podendo ser provocado ou de ofício. Já o controle judicial, exercido pelo Poder Judiciário, limita-se à análise da legalidade dos atos, sendo vedada a apreciação do mérito administrativo, sob pena de ingerência indevida em seara própria de outro poder. O controle legislativo, por sua vez, é exercido principalmente pelo Poder Legislativo com o auxílio dos Tribunais de Contas, abrangendo a fiscalização financeira e orçamentária, bem como o controle político da atuação administrativa.

73. Em relação à responsabilidade civil do Estado, julgue o seguinte item.

A responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro, em regra, é objetiva, fundamentada na teoria do risco administrativo, segundo a qual basta a comprovação do dano e do nexo de causalidade entre a conduta administrativa e o dano para que surja o dever de indenizar. Essa regra geral se aplica tanto aos atos comissivos quanto aos atos omissivos do Estado, sendo dispensável, em ambos os casos, a demonstração de culpa ou dolo por parte do agente público.

74. Julgue o item a seguir.

O regime jurídico-administrativo, caracterizado pela supremacia do interesse público sobre o privado e pela indisponibilidade do interesse público, fundamenta-se em diversos princípios, tanto expressos quanto implícitos. O princípio da eficiência, expressamente previsto no ar. 37 da Constituição Federal, exige que a atuação administrativa busque os melhores resultados com o menor custo possível, sendo dispensável, contudo, a observância dos princípios implícitos como a razoabilidade e a proporcionalidade, uma

vez que estes não estão textualmente previstos na Constituição.

75. Em relação à Lei 9.784/1999, lei do processo administrativo federal, julgue o item a seguir.

De acordo com a Lei 9.784/1999, o processo administrativo federal deve ser iniciado de ofício ou a pedido do interessado, sendo assegurados ao administrado o direito à ampla defesa e ao contraditório, bem como o direito de produzir provas e de ter ciência da tramitação dos processos em que tenha a condição de interessado. A referida lei estabelece que a decisão administrativa, em qualquer hipótese, deverá ser motivada, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, mesmo nos casos de indeferimento de requerimento.

NOÇÕES DE GOVERNANÇA PÚBLICA

76. As estruturas organizacionais matriciais promovem maior clareza de autoridade e hierarquia ao adotar duplo comando, o que facilita a gestão de conflitos internos.

77. A cultura organizacional, ao ser transmitida informalmente entre os membros da organização, tem maior capacidade de resistir a mudanças estruturais e institucionais.

78. Governança pública é um conceito operacional voltado à execução de políticas públicas, enquanto gestão pública trata das diretrizes estratégicas e normativas.

79. O planejamento estratégico no setor público se diferencia do privado por estar limitado às competências legais da organização e ser influenciado por fatores políticos e sociais.

80. No processo organizacional, o controle é uma etapa isolada e pontual, cuja função é punir desvios de conduta e desempenho.

81. A gestão por resultados na produção de serviços públicos prioriza a entrega de bens tangíveis, com foco no produto final e não no impacto das ações governamentais.

82. Ferramentas clássicas da gestão por processos, como o diagrama de Ishikawa e o ciclo PDCA, são aplicáveis à administração pública com adaptações às suas especificidades.

83. Em gestão de projetos, o escopo deve ser mantido rígido durante toda a execução para garantir o cumprimento do cronograma e do orçamento.

84. A busca pela excelência nos serviços públicos está associada à adoção de modelos de qualidade total, foco no cidadão e melhoria contínua dos processos.

85. Sustentabilidade pública é um conceito restrito à preservação ambiental nas ações do governo, com pouco vínculo com a gestão financeira ou social.

86. A acessibilidade na administração pública é um princípio legal e moral que exige não apenas infraestrutura adequada, mas também comunicação acessível e inclusão digital.

87. Inovação na gestão pública é um conceito prioritariamente relacionado à adoção de tecnologias digitais e automação de processos burocráticos.

88. A inteligência artificial, quando aplicada à gestão pública, pode auxiliar na personalização de serviços, mas é ainda pouco capaz de influenciar decisões estratégicas.

89. A comunicação na gestão pública é um instrumento de controle social e deve ser planejada de forma estratégica, com linguagem acessível, uso comedido de linguagem técnica ou regionalismos e foco no cidadão.

90. Transparência e integridade são princípios da administração pública que se opõem à flexibilidade decisória dos gestores, limitando sua autonomia.

NOÇÕES DE GESTÃO DE PESSOAS

91. Entre as áreas da Administração Geral e Pública há um tema voltado à ciência comportamental, que é a gestão de pessoas. Enquanto processo técnico e humano, é voltado à maximização do desempenho organizacional, devendo ter como único responsável o setor formalmente instituído como Recursos

Humanos.

92. A Teoria das Necessidades Humanas de Maslow, ainda que posteriormente complementada por outros autores, propõe que as motivações humanas ocorrem simultaneamente em função da “regra da completude comportamental”, e não em qualquer tipo de ordem hierárquica ou sequencial.

93. O recrutamento faz parte do chamado “ciclo de gestão de pessoas” e é adequado afirmar que se trata de um mecanismo direcionado à análise do desempenho de empregados já efetivados.

94. A “liderança” pode ser, segundo a doutrina, de diversos tipos. Aquela de tipo transformacional, já amplamente consolidada na literatura de gestão contemporânea, caracteriza-se pela capacidade do líder de mobilizar seus liderados em torno de ideais coletivos que transcendem os interesses imediatos, operando sobre a inspiração e não sobre a autoridade. É uma liderança com ênfase no futuro.

95. A “retroalimentação” (feedback) no contexto da gestão de pessoas, revela-se como um instrumento aplicado apenas na etapa de desenvolvimento das fases da vida funcional.

96. A gestão por competências evoluiu à medida que as organizações passaram a priorizar o capital humano como diferencial estratégico. Esse enfoque visa justamente ao alinhamento entre as capacidades dos colaboradores e as exigências específicas dos cargos, projetos e metas institucionais.

97. É possível afirmar que a comunicação organizacional — sendo um processo interno de caráter meramente operacional — não possui relação direta com o nível de motivação dos colaboradores.

98. O clima organizacional, ainda que frequentemente tratado como fator subjetivo e de difícil mensuração, exerce influência direta sobre a capacidade da organização em reter talentos.

99. A liderança de tipo autocrático, por suas características centralizadoras e exercido pelo colaborador “mais apto”, apresenta-se como eficaz universalmente, para todos os contextos, cenários ou tarefa.

100. A gestão de pessoas orientada por resultados busca, sobretudo, o alinhamento entre os esforços individuais e os objetivos estratégicos, utilizando indicadores mensuráveis como base de decisão.

NOÇÕES DE GESTÃO DE CONTRATOS E RECURSOS MATERIAIS

101. A Lei nº 14.133/2021 estabelece que a licitação é obrigatória para toda contratação realizada por órgãos da Administração Pública direta, autárquica e fundacional, salvo nas hipóteses previstas na própria lei.

102. O Decreto nº 11.462/2023 trata exclusivamente de regras relacionadas à dispensa de licitação em casos de emergência ou calamidade pública.

103. A Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33/2023 estabelece normas aplicáveis à celebração, execução e prestação de contas de convênios e instrumentos congêneres no âmbito da Administração Pública Federal.

104. A contratação direta por inexigibilidade ocorre quando a competição é viável, mas não há tempo hábil para realização do processo licitatório.

105. O contrato administrativo poderá prever cláusulas com indicadores de nível de serviço, os quais funcionam como critérios objetivos de avaliação da execução contratual.

106. O papel mais importante do fiscal de contrato administrativo reside em subscrever o instrumento contratual.

107. A IN nº 5/2017 orienta que a fiscalização de contratos seja realizada com base em plano de fiscalização previamente estabelecido, compatível com a complexidade do objeto contratado.

108. O preposto da contratada pela administração pública deve obrigatoriamente exercer atividades técnicas vinculadas à execução do objeto contratado.

109. O registro de irregularidades durante a execução contratual deve ser feito em relatório próprio e comunicado formalmente à autoridade competente.

110. As penalidades administrativas previstas em contratos administrativos não incluem a declaração

de inidoneidade para licitar.

111. A classificação de materiais visa a organizar os itens de consumo e permanente em categorias, facilitando sua identificação, padronização e controle.

112. A técnica de armazenagem conhecida como PEPS (Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair) é recomendada para itens sem prazo de validade.

113. A gestão de estoques envolve o controle dos níveis mínimos, máximos e de reposição de materiais, a fim de evitar faltas ou excessos.

114. O inventário patrimonial deve ser realizado exclusivamente ao final de cada exercício financeiro.

115. A baixa de bens integrantes do patrimônio público deve estar respaldada por documentação formal que comprove sua inutilização, alienação, doação ou outra forma legal de descarte.

LEGISLAÇÃO APLICADA À POLÍCIA FEDERAL

116. Durante uma investigação sobre crime de extorsão mediante sequestro, o delegado titular do caso requisitou diretamente à instituição bancária os dados e informações cadastrais do investigado, sem necessidade de autorização judicial, fundamentando a medida no interesse da apuração dos fatos.

Nessa situação, o delegado de polícia agiu dentro dos limites legais conferidos pela Lei nº 12.830/2013.

117. João, delegado de polícia responsável por uma unidade especializada, foi removido de ofício para outra delegacia sem qualquer justificativa formal. A remoção ocorreu por conveniência administrativa, sem despacho fundamentado. Conforme a Lei nº 12.830/2013, a remoção do delegado de polícia pode ocorrer por conveniência da Administração, independentemente de fundamentação.

118. De acordo com a Lei nº 12.830/2013, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais exercidas pelo delegado de polícia são de natureza jurídica, essenciais e exclusivas de Estado.

119. Considerando os termos da Lei 14.967/2024, como Estatuto da Segurança Privada, armas utilizadas na prestação de serviços de segurança privada devem ser obrigatoriamente cadastradas no

Sinarm e registradas junto à Polícia Federal, sendo permitida sua utilização provisória durante o processo de transferência de registro, desde que autorizada pela Polícia Federal.

120. Uma empresa transportadora de produtos químicos, ainda que com uso lícito declarado, foi flagrada comercializando grande quantidade de substância que pode ser utilizada na produção ilícita de psicotrópicos, sem estar devidamente licenciada junto à Polícia Federal. Nessa situação, mesmo que a empresa alegue desconhecimento do uso indevido da substância, ela comete infração administrativa segundo a Lei nº 10.357/2001.